

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA AEPET-BA

Data: 06.05.2025

Hora: das 19h20 às 21h27min

Meio: Virtual

Presentes: Diretoria: Marcos André dos Santos, Railda Nascimento Silva e Erika Rebello Grisi.

Conselheiros: Francisco Augusto Herdy Raminelli e Vasco Menezes dos Anjos.

Associados: Luiz Henrique Amorim de Jesus, Paulo Roberto, Carlos Dalton Leopoldo Lima e José Maria dos Santos Serrão e Miguel de Siqueira Veras.

Convidado: Adaedson Costa.

Pauta única: AMS

O Presidente Marcos André declarou aberta a reunião às 19h20, ressaltando a importância de manter convite sempre aberto e informar que o encontro seria gravado. Iniciou a reunião agradecendo a todos os presentes e dando as boas vindas por tê-los para participarem deste debate tão importante. Inicialmente o Presidente Marcos André fez um resumo do diagnóstico da AMS, onde o processo crônico de “corrosão” da AMS, agravado pelo envelhecimento da base e por sucessivos reajustes de custos tem impacto direto nos aposentados e pensionistas, com contracheques zerados, destacando a falta de iniciativa coordenada para retomar o questionamento da APS/AMS como pauta unificada das entidades representativas. Após explanação, ele convida o Secretário Geral da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Adaedson, para comentar sobre o estágio dos debates no âmbito desta Federação. O Secretário Geral Adaedson iniciou agradecendo o convite e a parceria com a AEPET-BA, em seguida apresentou uma análise crítica e fundamentada sobre os desafios atuais da AMS. Destacou dois pontos centrais: a crise na PETROS, que tem consumido a maior parte da atenção

da categoria, e a urgência de atenção à AMS, que segue sendo um dos maiores compromissos financeiros dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Ele enfatiza que o setor de saúde foi transformado num verdadeiro mercado, onde os planos operam com lógica empresarial agressiva. A AMS, ao ser transferida da gestão por RH para uma associação – a Associação Petrobras Saúde (APS) – passou a ser gerida por diretores e conselheiros indicados pela PETROBRAS, sem participação democrática das entidades representativas. Informa que a FNP criou um grupo de trabalho em 2024 para discutir a reforma do estatuto da APS, defendendo a inclusão das entidades de trabalhadores na governança da AMS, substituindo o “voto de minerva” pela deliberação em assembleia, com a transparência nos contratos e credenciamentos e a participação paritária no custeio nas tomada de decisões. Demonstrando que é possível equilibrar a AMS com gestão responsável e controle social, principalmente se os beneficiários poderem acompanhar os custos reais e as decisões da associação. Expressou preocupação com o risco de que a PETROBRAS, no futuro, declare a inviabilidade do plano por questões que os próprios beneficiários nunca puderam gerir e destacou também a falta de clareza nas parcerias com operadoras regionais, como a UNIMED, especialmente em localidades com menos vidas. Reforçou que a saúde dos trabalhadores é um direito garantido, e que a PETROBRAS tem responsabilidade direta sobre o custeio da AMS, porém, com o retorno da gestão no RH da empresa não parece viável neste governo, é essencial que os trabalhadores se preparem para disputar espaços dentro da APS, a fim de evitar o desmonte silencioso da assistência médica. Após a finalização da apresentação, o associado Dalton apoiou o diagnóstico feito e reforçou que o tema da AMS tem sido deixado de lado, como se já não representasse mais um problema grave, mesmo diante dos altos custos, da sua privatização silenciosa e da pouca transparência e defendeu que é necessário retomar o debate público e trazer os dados técnicos, como os do Excel que elaborou anteriormente com base nas regras da ANS, para mostrar de forma objetiva os aumentos e distorções ocorridos no plano. Com a palavra, o associado José Serrão questionou sobre a qualificação técnica dos conselheiros eleitos para representar os participantes da AMS, perguntando se esses conselheiros têm o

conhecimento necessário em áreas como contabilidade, finanças e legislação, e que em sua visão muitos demonstram desconhecimento e ausência de atuação proativa na fiscalização das contas da AMS e da PETROS. Diante disso, Adaedson respondeu à Serrão discordando da generalização feita, ressaltando que ele próprio, bem como o conselheiro Vinícius, possuem formação específica em investimento e gestão, e que muitos dos conselheiros eleitos vêm se qualificando e atuando com seriedade. Diante disso, o problema não está apenas nas pessoas, mas no próprio modelo de governança da Associação Petrobras Saúde, que impede qualquer conselheiro, por mais qualificado que seja, de ter poder deliberativo real, ele lembrou que ações judiciais movidas desde 2019 ainda aguardam julgamento e que a morosidade da justiça favorece a consolidação desse modelo antidemocrático. Além disso, Adaedson alertou para a precariedade do atendimento em diversas regiões do país, por falta de credenciados, e criticou o desinteresse da atual gestão da APS em resolver esse problema. Propôs a criação de um grupo de trabalho nacional, com entidades e representantes regionais, para apresentar soluções para o credenciamento e reforma do estatuto. O Presidente Marcos André concordou com os pontos levantados e destacou a importância de a AEPET-BA participar ativamente desse esforço e propôs formalizar um Grupo de Trabalho no âmbito da associação para estudar o estatuto da APS, elaborar propostas e dialogar com outras entidades. A proposta foi bem recebida pelos presentes na reunião.

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião com todos os presentes, lavramos esta Ata e damos fé.

Marcos André dos Santos
Presidente

Erika Rebello Grisi
Diretora de Comunicação

Railda Nascimento Silva
Vice-Diretora de Patrimônio

Vasco Menezes dos Anjos
Conselheiro

Francisco Augusto Herdy Raminelli

Luiz Henrique Amorim de Jesus

Conselheiro

Associado

José Maria dos Santos Serrão

Paulo Roberto

Associado

Associado

Carlos Dalton Leopoldo Lima

Miguel de Siqueira Veras

Associado

Associado

Adaedson Costa

Convidado